RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

Governo do DF se diz preparado para firmar contrato de empréstimo com FGC para capitalizar BRB

GDF aguarda procedimentos de instituições financeiras para formalizar operação de crédito de R$ 6,6 bilhões

A Secretaria de Economia do Distrito Federal comunicou, por meio de nota divulgada na noite de segunda-feira (29 de junho), que o governo local "se encontra em posição de assinar" o termo de financiamento destinado a resgatar o Banco de Brasília (BRB). Conforme informado pelo órgão, a conclusão da operação depende de "procedimentos administrativos das organizações financeiras participantes e não está sujeita a cronograma específico".

A secretaria explicou que o mecanismo de crédito acordado perante a Suprema Corte, com envolvimento do Ministério da Fazenda e da autoridade monetária nacional, possibilitará ao poder executivo local completar a injeção de capital no banco, que enfrentou perdas significativas seguindo a aquisição de portfólios de crédito fraudulentos originários do Banco Master.

De acordo com a comunicação oficial da Secretaria de Economia, "o arranjo está sendo estruturado em colaboração com a entidade representativa do setor bancário, que oferecerá a garantia, e através do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que disponibilizará os recursos para o GDF".

Em 28 de maio, **o ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal homologou acordo firmado entre GDF, BRB e administração federal**. O acordo previu que o FGC concederia **financiamento de até R$ 6,6 bilhões ao GDF**, que, como detentor de participação acionária majoritária, realizaria a capitalização do banco.

Instituições financeiras públicas e privadas fornecerão a fiança operacional, ao passo que a administração distrital oferece como garantia complementar suas participações nos fundos de distribuição de receitas entre estados e municípios.

A liberação dos recursos ainda não ocorreu em razão das negociações referentes aos componentes técnicos da transação. Recentemente, representantes do mercado privado sinalizaram que a porção dos fundos sob responsabilidade do DF seria inadequada e **demandaram que as instituições públicas envolvidas oferecessem garantias adicionais**: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.